



CARACOL - PODER EXECUTIVO - ESTADO DO PIAUÍ

IMPRENSA OFICIAL ELETRÔNICA - DOEM - ANO II - 21 DE JANEIRO DE 2026 - NÚMERO 078

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Aviso	Pág. 001
Decreto	Pág. 003
Outros	Pág. 007
Portaria	Pág. 017
Termo Aditivo	Pág. 019

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta dos municípios, sendo referidas entidades inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: Para Pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse: <https://doempi.org/>.

As consultas pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeituras Municipais e câmaras legislativas municipais. Site: <https://doempi.org/>

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

FOCO SMART LTDA

CNPJ: 26.807.519/0001-70

Diretor Geral: Tiago Rodrigues Ferreira

Departamento de publicações: Paulo Henrique Lima

ESTA EDIÇÃO FOI ASSINADA DIGITALMENTE POR:

ANTONIEL FERREIRA DA SILVA

CPF: 01337985341

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=08714927000103/OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB/OU=RFB e-CPF A1/OU=(EM BRANCO)/OU=videoconferencia/CN=ANTONIEL FERREIRA DA SILVA:01337985341 2026-01-21T13:24:20-03:00

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D121802A****ORDEM DE SERVIÇO N° 02/2026 – INÍCIO DE EXECUÇÃO DE OBRA****CONTRATO N° 500020/2023- TOMADA DE PREÇO N° 002/2023**

O MUNICÍPIO DE CARACOL, Estado do Piauí, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL – PI, CNPJ nº 06.553.622/0001-23, com sede à Praça da Matriz, nº 63, Centro, CEP 64.795-000, Caracol/PI, representada neste ato pelo **Prefeito Municipal, Sr. RANILETTI CARVALHO DE MACEDO**, CPF nº 672.768.493-68, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas cláusulas contratuais e no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, RESOLVE:

I – DETERMINAR o início da execução da obra contratada com a empresa **TST TERRAPLANAGEM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 04.529.853/0001-76**, conforme estabelecido no **Contrato N° 500020/2023**, conforme **Convênio n° 934875/2022**, decorrente da **TOMADA DE PREÇO N° 002/2023**

II – OBJETO:

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REVESTIMENTO ASFÁLTICO (C.B.U.Q), NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARACOL(PI).

III – PRAZO:

A execução da obra seguirá o cronograma físico-financeiro aprovado, respeitando-se o prazo de vigência contratual e ou/ aditivos, em prorrogação legalmente admitida.

IV – FISCALIZAÇÃO:

Fica designado o servidor nomeado para função de Fiscal de Obras para atuar como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e adotar as providências cabíveis em caso de irregularidades.

V – DISPOSIÇÕES FINAIS:

A presente Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura e deverá ser cumprida com observância integral das obrigações contratuais, legais e técnicas pactuadas.

Caracol – PI, 29 de dezembro de 2025.

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D121802A**

**PREFEITO MUNICIPAL
Raniletti Carvalho de Macedo
CPF no 672.768.493-68
CONTRATANTE**

**TST TERRAPLANAGEM SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 04.529.853/0001-76
CONTRATADO**

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218002**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL-PI
CNPJ Nº 06.553.622/0001-23
ENDEREÇO: PRAÇA PADRE FRANCISCO, Nº 63 CENTRO,
CEP 64.795-000, CARACOL-PI

DECRETO N°. 067/2026, DE 21 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de servidor aprovado em concurso público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL – PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e a lei Orgânica do município de Caracol – PI, e tendo em vista o concurso público municipal realizado por força do edital nº 001/2023 e suas alterações e o recurso final homologado pelo decreto N°. 012, de 25 de março de 2024.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o servidor: **LAES DE CASTRO CAVALCANTE**, portador do CPF nº. **059.***.***-52**, para exercer o cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DE MATEMÁTICA**, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Artigo 2º - O referido servidor, apresentou todos os documentos e cumpriu todos os critérios exigidos por lei, pelo edital do concurso público e edital de convocação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL, ESTADO DO PIAUÍ, AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DE JANEIRO DE 2026.

RANILETTI CARVALHO DE MACEDO:67276849368 Assinado de forma digital por RANILETTI CARVALHO DE MACEDO:67276849368 Dados: 2026.01.21 09:06:11 -03'00'

RANILETTI CARVALHO DE MACEDO
PREFEITO MUNICIPAL

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218016****DECRETO N°. 068 DE 21 DE JANEIRO DE 2026.**

*DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS
MEMBROS DO CONSELHO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CARACOL – PI.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL, ESTADO DO PIAUÍ, Sr. Raniletti Carvalho de Macêdo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Fica composto o Conselho Municipal de Saúde em decorrência de mudanças administrativas de titulares e suplentes com vigência de **21 de Janeiro de 2026 a 21 de janeiro de 2028**.

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

TITULAR	SUPLENTE
Marcos Vinícius da Silva Rocha.	Ítalo Dias Vieira de Figueiredo
CPF: 071.343253-50.	CPF: 960.274.793-53

TITULAR	SUPLENTE
Ronilson Ferreira Tarquino Filho	Leonardo Carvalho Miranda
CPF: 984.344.893-68	CPF: 068.249.143-80

TITULAR	SUPLENTE
Marcelo Nunes da Silva	Manoela Macedo Lisboa
CPF: 019.801.915-73	CPF: 017.011.563-18



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218016****REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL E PRESTADOR DE SERVIÇO**

TITULAR	SUPLENTE
Edna Alencar de Almeida Rodrigues.	Jackson Rodrigues Figueiredo
CPF: 756.339.573-34	CPF: 006.841.573-73

TITULAR	SUPLENTE
Antoniel Ferreira da Silva	Vanderley Duarte Ribeiro
CPF: 013.379.853-41	CPF: 603.563.553-90

TITULAR	SUPLENTE
Wender Boson de Macedo Silva	Brenno Barroso Siqueira de Figueiredo
CPF: 016.633.583-54	CPF: 032.881.443-10

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS**Representantes da Igreja Católica**

TITULAR	SUPLENTE
Artur Rodrigues de Alencar.	Gilvan Mendes Pereira.
CPF: 172.439.998-59	CPF: 011.560.023-03

TITULAR	SUPLENTE
Isaias Dias de Macedo Neto	Maristela Rodrigues de Macedo
CPF: 018.425.903-75	CPF: 794.816.713-72



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218016****Pastoral da Criança**

TITULAR	SUPLENTE
Bianca Eustorgio Teixeira.	Salvador Pereira da Silva.
CPF: 059.961.283-57	CPF: 052.389.393-02

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TITULAR	SUPLENTE
Marcilândia Pereira da Cruz Ribeiro	Breno Ribeiro Miranda Macedo Sousa.
CPF: 014.660.663-93	CPF: 080.093.513-69

Representante do Legislativo

TITULAR	SUPLENTE
Ângela Victor Rosado.	Nelimar Dias Macedo
CPF: 756.201.463-91	CPF: 030.293.933-48

TITULAR	SUPLENTE
Miquêias Ribeiro de Sena	Francisco Padre de Macedo Júnior
CPF: 001.452.683-22	CPF: 031.639.583-89

RANILETTI CARVALHO DE
MACEDO:67276849368
Assinado de forma digital por
RANILETTI CARVALHO DE
MACEDO:67276849368
Dados: 2026.01.21 09:52:23 -03'00'

Ranilletti Carvalho de Macêdo

Prefeito Municipal

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8

CAIXA

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

Grau de sigilo # Público

**TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI FAZEM
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A(O)
MUNICIPIO DE CARACOL PARA VIABILIZAR A
LINHA DE ATENDIMENTO VOLTADA À PROVISÃO
SUBSIDIADA DE 43 UNIDADES RELATIVAS À
PRODUÇÃO HABITACIONAL, EM ÁREAS RURAIS,
NO VALOR DE R\$4.021.439,12, NO MINHA CASA,
MINHA VIDA RURAL – MCMV RURAL, COM
RECURSOS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO
(OGU), CONFORME DISPOSTO NA PORTARIA
MCID DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS Nº
1.442/2024, de 27 de Dezembro de 2024.**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, doravante denominada CAIXA, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759/1969, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede em Brasília - DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por INOCÊNCIO RIBEIRO DE SANTANA, brasileiro, casado, residente e domiciliado(a) em RUA FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA 600, SANTA FE, SÃO RAIMUNDO NONATO, cep: 64770-000, portador(a) da carteira de identidade nº. 227.314.233-15, expedida pela SSP/PI, e CPF nº 227.314.233-15 , conforme procuração lavrada nas notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília-DF, no livro 3374-P, fls. 010 e 011; e substabelecimento lavrado nas notas do 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Teresina-PI, no livro 862, fls. 040/040v₂ e de outro lado MUNICIPIO DE CARACOL, inscrita no CNPJ nº. 06.553.622/0001-23, com sede na Pça Da Matriz, 01, Centro em Caracol/PI, doravante denominada simplesmente ENTIDADE ORGANIZADORA, neste ato representado por RANILETTI CARVALHO DE MACEDO, brasileiro, solteiro(a), residente e domiciliado(a) em Rua Joao Dias, 311, Centro em Caracol/PI, portador(a) da carteira de identidade nº. 67276849368, expedida pela SSP/PI, e CPF nº 672.768.493-68, tem justo e acertado atendimento específico aos projetos nos termos das cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO – Viabilizar em CARACOL/PI ações para a implementação do empreendimento MUNICIPIO DE CARACOL no âmbito do Minha Casa, Minha Vida Rural – MCMVRURAL, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), por meio da provisão subsidiada de produção habitacional em áreas rurais.

2. ENTIDADE ORGANIZADORA E BENEFICIÁRIOS – Para efeito deste Termo de Compromisso, considera-se:

2.1. ENTIDADE ORGANIZADORA:

a) Pessoa jurídica sem fins lucrativos responsável pela promoção do empreendimento objeto da proposta de concessão de subsídios com recursos do Orçamento Geral da União para a produção 29.742 v027 micro

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8



TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

de unidade habitacional e/ou melhoria habitacional no âmbito do Minha Casa, Minha Vida Rural – MCMV RURAL; ou

b) Órgão e instituição integrante da administração pública, direta ou indireta, das esferas estadual, distrital e municipal, e instituição regional ou metropolitana.

2.2. BENEFICIÁRIO(S): pessoa(s) física(s) com renda familiar bruta anual enquadrada no Minha Casa, Minha Vida Rural – MCMV RURAL.

3. DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes do Orçamento Geral da União e recursos próprios da Entidade Organizadora (EO), a título de contrapartida complementar, quando for o caso, mediante aporte financeiro de serviços, na produção ou melhoria de unidades habitacionais.

3.1. A efetivação dos contratos com os BENEFICIÁRIOS decorrentes do presente Termo, está condicionada à:

- a) O aporte de valor de subsídio para obra, Assistência Técnica (ATEC), Trabalho Social (TS) e remuneração do Agente Financeiro pelo Ministério das Cidades;
- b) Depósito da contrapartida complementar financeira, se for o caso;
- c) Lei Autorizativa para aporte de contrapartida complementar, quando houver, no caso de Entidade Organizadora representada pelo Estado, Município ou Distrito Federal;
- d) aprovação das análises técnicas no Agente Financeiro.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA - São atribuições da CAIXA como Agente Financeiro do Minha Casa, Minha Vida Rural – MCMV RURAL, nos limites de sua competência legal:

- a) contratar as operações com os beneficiários do MCMV RURAL;
- b) disponibilizar, no momento da contratação, cartilha com informações sobre direitos e deveres das famílias beneficiárias perante o MCMV RURAL;
- c) disponibilizar canal de comunicação para dúvidas e denúncias;
- d) liberar recursos da subvenção nos prazos fixados pelo gestor operacional;
- e) acompanhar a execução dos contratos de produção ou melhoria habitacional e adotar procedimentos que permitam aferir a compatibilidade entre execução financeira e física das obras das unidades habitacionais e do trabalho social;
- f) adotar procedimentos de acompanhamento presencial e remoto de obras e serviços, de forma amostral, de modo a dar celeridade ao processo de ateste da execução e de pagamento;

29.742 v027 micro

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8

CAIXA

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

- g) manifestar-se sobre a viabilidade técnica do plano de trabalho social e monitorar sua execução por meio da análise de relatórios periódicos elaborados por responsáveis técnicos das EO ou por ela contratado;
- h) disponibilizar canal de consulta e acompanhamento das operações por parte das EO e da sociedade;
- i) monitorar o ritmo de encaminhamento das planilhas de levantamento de serviço (PLS) pela EO, com vistas à identificação precoce de operações com dificuldade de execução;
- j) analisar e aprovar a comprovação da execução dos recursos por parte da EO, com vistas a verificar sua compatibilidade com o objeto pactuado;
- k) prestar contas dos recursos repassados pelo gestor operacional a título de subvenção;
- l) providenciar o registro dos beneficiários contratados no Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT);
- m) identificar responsabilidades, em casos de suspeitas de irregularidades na aplicação dos recursos, e informar com tempestividade ao gestor operacional a respeito das providências adotadas e apurar eventual envolvimento de pessoa sob sua subordinação;
- n) notificar a EO, quando identificada irregularidade ou quando constatada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) ou outros órgãos de controle a má aplicação dos recursos das subvenções, e instaurar, quando for o caso, Tomada de Contas Especial (TCE);
- o) fornecer os meios necessários para que os beneficiários efetuem o pagamento relativo à sua participação financeira;
- p) suspender a habilitação de EO que deixar de honrar compromissos assumidos nas operações contratadas, na forma prevista nesta Portaria, e registrar sua suspensão no SISAD; e
- q) dar ciência ao gestor operacional da suspensão da habilitação da entidade organizadora.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ORGANIZADORA – São obrigações da ENTIDADE ORGANIZADORA, além de outras previstas neste Instrumento:

- a) responsabilizar-se pela guarda de seu perfil de acesso ao SISAD;
- b) solicitar autorização da FUNAI para ingresso em terra indígena antes de que sejam realizadas reuniões, mobilizações e demais ações do MCMV RURAL, se for o caso;
- c) em comunidades indígenas, realizar consulta prévia, livre e informada, de acordo com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas, respeitando seus próprios protocolos de consulta, e comunicar previamente a FUNAI local sobre a intenção de realizar projeto habitacional em terra indígena, se for o caso;

29.742 v027 micro

3

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1217FF8****CAIXA**

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

- d) organizar as famílias que atendam aos critérios de enquadramento e prioridade de acordo com as regras do MCMV RURAL, com vistas a sua seleção, caso seja necessário a substituição de alguma família no decorrer do processo de análise da proposta, deverá ser respeitado o limite de 30% (trinta por cento) da quantidade de famílias indicadas na proposta original.
- e) prestar as orientações necessárias às famílias organizadas com vistas à compreensão das condições e regras do MCMV RURAL, especialmente no tocante a seus direitos e obrigações;
- f) elaborar e apresentar projetos técnicos relativos à proposta selecionada no prazo e na forma disciplinados pelo Ministério das Cidades;
- g) atender de forma tempestiva a solicitação de esclarecimento, complementação ou retificação documental da CAIXA;
- h) solicitar ao INCRA, quando se tratar de proposta localizada em assentamento originário de reforma agrária, a relação dos assentados e cópia de mapas, plantas de localização e de parcelamento, estudos, planos, licenças e suas condicionantes e demais documentos de planejamento ou de organização espacial e social dos projetos de assentamento;
- i) articular, quando se tratar de proposta localizada em assentamento originário de reforma agrária, apoio das equipes de assistência técnica dos projetos de assentamento de reforma agrária conduzidos pelo INCRA;
- j) informar ao gestor local sobre propostas selecionadas em seu município e identificar, ao menos, suas localizações e o número de beneficiários de cada uma delas;
- k) solicitar ao gestor local do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico o cadastramento ou a atualização cadastral dos beneficiários selecionados pelo MCMV Rural, em atendimento às exigências para a contratação;
- l) acompanhar o cadastramento ou a atualização cadastral dos beneficiários no CadÚnico e informar a CAIXA quando houver impedimento em relação à contratação;
- m) em terras indígenas, sempre que possível, dar prioridade à contratação de mão de obra indígena;
- n) promover a capacitação dos trabalhadores que forem atuar nas obras habitacionais quanto à conduta exigida no interior de terras indígenas, bem como assinar termo de compromisso na forma estabelecida pela FUNAI;
- o) informar a CAIXA os casos de morte de beneficiário sem sucessores ou remanescentes da família, antes do início da obra, caso em que serão suspensos os efeitos do contrato;
- p) informar ao conselho gestor de fundo municipal, distrital ou estadual de habitação de interesse social sobre os projetos contratados;
- q) convocar assembleia de beneficiários para constituição da comissão de representantes (CRE);

29.742 v027 micro

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1217FF8**

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

- r) promover a capacitação dos membros da CRE com vistas a qualificá-la no desempenho de suas funções;
- s) observar os princípios da imparcialidade, moralidade e economicidade quando da compra de materiais e de contratação de serviços e de mão de obra;
- t) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos das obras e serviços do trabalho social e da assistência técnica pactuados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos do MCMV RURAL;
- u) executar, direta ou indiretamente, gerenciar e fiscalizar as obras, a assistência técnica, o trabalho social e os demais serviços necessários à consecução do objeto contratado, responsabilizando-se por sua adequada execução e conclusão, com o adequado emprego das técnicas construtivas e de acordo com as especificações dos projetos e determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela família beneficiária;
- v) responsabilizar-se por informar a CAIXA sobre intercorrência que afete o ritmo e o andamento de operação contratada e por apresentar plano para regularizar sua execução;
- w) fornecer à CAIXA e aos beneficiários informações acerca das ações desenvolvidas referentes aos recursos de subvenção repassados;
- x) prestar contas aos beneficiários e a CAIXA sobre a utilização dos recursos financeiros repassados, juntamente com a CRE;
- y) manter cadastro atualizado junto a CAIXA do qual conste as informações necessárias para permitir fácil e tempestivo contato com os responsáveis pela EO e responsáveis técnicos, para propiciar eventual comunicação;
- z) atender com tempestividade à demanda de informação por parte do Ministério das Cidades e da CAIXA;
- aa) promover ações de sensibilização com vistas a estimular a participação das famílias beneficiárias na elaboração de projetos de produção e melhoria das unidades habitacionais, no estabelecimento de diretrizes e especificações de projeto, no acompanhamento das obras, a fim de identificar eventuais problemas de execução, bem como na manutenção do patrimônio gerado;
- bb) elaborar projetos de produção e definir kits de melhoria das unidades habitacionais de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas famílias beneficiárias e as diretrizes de projeto e especificações técnicas e do levantamento de características e especificidades locais, responsabilizando-se por sua adequação à legislação e às normas técnicas vigentes;
- cc) aplicar os recursos financeiros tendo como base a programação de desembolso, o cronograma de obras e serviços pactuados e parâmetros técnicos de execução condizentes com os valores liberados e as especificações definidas de aquisição de materiais; e

29.742 v027 micro

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8

CAIXA

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

dd) exercer a gestão correta dos recursos financeiros, juntamente com a CRE, conforme os princípios da imparcialidade, moralidade e economicidade, e acompanhar a sua aplicação na execução das obras e serviços, atestando sua conclusão.

6. DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – A ENTIDADE ORGANIZADORA declara que o projeto apresentado se encontra em consonância com a legislação ambiental e compromete-se à:

- a) minimizar os impactos da obra no meio-ambiente;
- b) aproveitar, passivamente, recursos naturais do ambiente;
- c) realizar gestão e economia de água e energia na construção;
- d) promover o uso racional dos materiais de construção;
- e) arborizar e estimular o plantio de árvores nos terrenos;
- f) estimular a coleta seletiva e o reaproveitamento do resíduo sólido;
- g) promover discussão e difundir entre seus membros conhecimentos sobre reaproveitamento de materiais, uso racional dos recursos naturais, medidas alternativas de baixo custo de aquecimento de água, uso de materiais biodegradáveis e outros;
- h) orientar sobre os riscos decorrentes da não-preservação ambiental e demais questões pertinentes.

7. MADEIRA LEGAL – A ENTIDADE ORGANIZADORA deve apresentar até a entrega da obra as licenças obrigatórias para transporte e armazenamento das madeiras (Documento de Origem Florestal (DOF) ou Guias Florestais) estabelecidas pelo órgão competente, para comprovar origem legal, bem como a Declaração de uso, volume e destinação final das madeiras nativas utilizadas na obra ou Declaração de não-utilização de madeira nativa, se for o caso.

7.1. DOCUMENTO DE ORIGEM FLORESTAL – para a emissão do Documento de Origem Florestal – DOF ou Documento de Transporte Florestal a ENTIDADE ORGANIZADORA deve estar inscrita e regular perante o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA.

7.2. A CAIXA informará ao IBAMA a inadimplência da ENTIDADE ORGANIZADORA quanto a não apresentação dos documentos exigidos no item 7 e o empreendimento fica sujeito à averiguação pelo órgão ambiental.

8. DA CONTRAPARTIDA OFERECIDA PELA ENTIDADE ORGANIZADORA – As operações contratadas com os BENEFICIÁRIOS, podem contar com contrapartida complementar oferecida pela ENTIDADE ORGANIZADORA, sob a forma de recursos financeiros, bens e/ou serviços economicamente mensuráveis pela engenharia da CAIXA.

29.742 v027 micro

6

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8

CAIXA

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

8.1. A contrapartida mencionada no caput desta Cláusula corresponde ao valor necessário à complementação da composição do valor da operação;

8.2. O valor da operação é representado pela soma do subsídio concedido ao beneficiário para edificação da UH e da contrapartida complementar, quando houver.

9. DA APRESENTAÇÃO DE PROCURAÇÃO – A ENTIDADE ORGANIZADORA declara estar ciente da impossibilidade de apresentar procuração para representação no processo tampouco quando da movimentação das contas da CRE e da EO.

9.1. O representante indicado pela ENTIDADE ORGANIZADORA para a CRE deverá ser necessariamente um membro que consta em seu estatuto (dirigente ou associado), não podendo figurar como beneficiário do programa.

9.2. O impedimento de apresentação de procuração estende-se também à representação de beneficiários na conta da CRE, devido à instituição de suplentes para tal.

10. DA VIGÊNCIA DO TERMO – O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura, permanecendo vigente enquanto vigorar os contratos de subvenção com os BENEFICIÁRIOS vinculados ao empreendimento a ser produzido.

11. DA DIVULGAÇÃO – Em qualquer ação promocional decorrente deste Termo, fica estabelecida a obrigatoriedade de destacar a participação da ENTIDADE ORGANIZADORA, na mesma proporção da CAIXA, sendo vedada a utilização pelas partes de nomes, marcas, símbolos, logotipos, combinações de cores ou sinais e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ex vi do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO TERMO – Resolve-se de pleno direito o presente termo de cooperação pelo descumprimento das obrigações pactuadas nos itens 4 e 5. A resolução deste instrumento será automática e independe de notificação judicial ou extrajudicial.

12.1. É possível a resilição unilateral do presente termo aditivo, operando seus efeitos a partir do 30º (trigésimo) dia da comunicação à outra parte e ficando o denunciante obrigado a cumprir todos os compromissos assumidos até a data da denúncia.

12.2. Nas hipóteses de resilição unilateral, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos processos em curso, previstos no Termo de Cooperação ou em Termos Aditivos, salvo decisão contrária das partes.

13. REGISTRO – A ENTIDADE ORGANIZADORA, quando representada por Poder Público, se obriga a transcrever o Termo de Compromisso no Cartório de Títulos e Documentos e publicar seu extrato no Diário Oficial do Estado ou Município.

13.1. A ENTIDADE ORGANIZADORA, Pessoa Jurídica sem Fins Lucrativos, se obriga a apresentação de firma reconhecida pelo Cartório de Notas do representante legal da EO, sendo dispensada, quando o Termo de Compromisso for assinado às vistas do empregado CAIXA.

29.742 v027 micro

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D1217FF8

CAIXA

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

14. AQUIESCÊNCIA DO CONTEÚDO CONTRATUAL – A ENTIDADE ORGANIZADORA, para todos os fins de direito, teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputam claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas neste contrato.

14.1. A ENTIDADE ORGANIZADORA, para todos os fins de direito, teve prévio conhecimento que é de sua responsabilidade a autenticação da veracidade das informações cadastrais dos beneficiários, observados os critérios normativamente definidos e o correto preenchimento dos dados no sistema.

14.2. O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar na aplicação das sanções nele previstas e, ainda, nos demais processos legais cabíveis.

15. FORO – Para dirimir quaisquer questões que decorram direta ou indiretamente deste Instrumento, fica eleito o foro correspondente ao da Sede da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição sobre esta localidade.

16. E por estarem assim de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente em 3 (vias) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas.

CARACOL
Local/Data

, 28 de MAIO de 2025

Assinatura, sob carimbo do Empregado CAIXA
Nome: INOCÊNCIO RIBEIRO DE SANTANA
CPF: 227.314.233-15

Assinatura do Representante Legal da
Entidade Organizadora
Nome: RANILETTI CARVALHO DE MACEDO
CPF: 672.768.493-68

Testemunhas

Nome:
CPF:Nome:
CPF:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800726 2492
Até CAIXA: 40040104 (capitais e regiões metropolitanas)
ou 0800 104 0104(demais localidades)

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1217FF8****CAIXA**

TERMO DE COMPROMISSO MCMV - RURAL

Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1217FF8**

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 1595544D121800C



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL – PI
PRAÇA PADRE FRANCISCO, 63, CENTRO –
CARACOL-PI
CEP: 64.795-000
CNPJ: 06.553.622/0001-23

PORTRARIA N°. 067/2026.

Dispõe sobre nomeação de membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do município de Caracol-PI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 37 da Constituição Federal, e de conformidade §8º, artigo 43 da Resolução MEC/FNDE N° 06, de 08/05/2020, RESOLVE:

Art. 1º – Nomear as pessoas abaixo relacionadas para atuar como membros o Conselho de Alimentação Escolar - CAE do município de Caracol-PI.

REPRESENTANTES DE PAIS DOS ALUNOS

- Titular – ANDRESSA DA SILVA MENDES – CPF: 070.335.613-50
- Suplente – VANESSA OLIVEIRA COSTA – CPF: 04.255.293-65
- Titular – MAYRES ROCHA DE SOUSA – CPF: 036.294.213-77
- Suplente – ELIZETE MARIA DA TRINDADE NUNES – CPF: 010.451.323-30

REPRESENTANTES PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

- Titular – GABRIEL JOSÉ DA SILVA - CPF: 030.238.075-23
- Suplente – MAXIMIANO DUARTE BASTOS - CPF: 262.270.288-43

REPRESENTANTES DA ENTIDADE DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DE DISCENTES

- Titular – LAURINEZA DIAS DA SILVA – CPF: 036.294.2113-77
- Suplente – ARICÉLIA ROSA DE CARVALHO SILVA – CPF: 790.895.773-00
- Titular – FLÁVIO LIMA BRAGA - CPF: 698.536.573-68
- Suplente – UBIRACI DA SILVA ROCHA - CPF: 527.293.033-91

REPRESENTANTES DE ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

- Titular – SIDINÉIA FERREIRA ROCHA DE ALENCAR – CPF: 987.117.763-15
- Suplente – TUANNY RIBEIRO MIRANDA – CPF: 033.186.753-26
- Titular – GILMAR RIBEIRO DA SILVA – CPF: 024.546.483-26
- Suplente – EDIVETE RODRIGUES DE ALENCAR TARQUINO – CPF: 554.554.173-04

Art. 2º - A duração do mandato dos membros dos conselhos do CAE será de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por igual período. O exercício de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º - Quando do exercício das atividades do CAE, previstos no art. 19 da Lei nº 11.947/2009 e art. 44 da Resolução MEC/FNDE N° 06 de 08/05/2020, recomenda-se a liberação dos servidores públicos para exercer as suas atividades no Conselho, de acordo com o Plano de Ação elaborado pelo CAE.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Caracol-PI, em 21 de janeiro de 2026.

RANILETTI CARVALHO DE MACEDO Assinado de forma digital por RANILETTI
CARVALHO DE MACEDO:67276849368 / Dados: 2026.01.21 09:21:28 -03'00'

RANILETTI CARVALHO DE MACÊDO
Prefeito Municipal

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218020**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL-PI
CNPJ Nº 06.553.622/0001-23
ENDEREÇO: PRAÇA PADRE FRANCISCO, N° 63 CENTRO,
CEP 64.795-000, CARACOL-PI

PORTARIA Nº. 068/2026.

Dispõe sobre o provimento de cargo em comissão na estrutura Administrativa da prefeitura municipal de Caracol Piauí, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARACOL, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos I e II do art. 37, da Constituição Federal, e na Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º - NOMEAR, o senhor **DIOGO PEREIRA DA SILVA**, inscrito no CPF. sob o nº. **614.***.***-51**, para o cargo comissionado de **CHEFE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, DAS-4**, lotado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Caracol, Estado do Piauí.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caracol - Piauí, aos 21 (vinte e um) dias do mês de janeiro de 2026.

RANILETTI CARVALHO | Assinado de forma digital por
DE RANILETTI CARVALHO DE
MACEDO:67276849368 MACEDO:67276849368
RANILETTI CARVALHO DE MACEDO
Prefeito de Caracol Piauí

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **1595544D1218034**

**SETIMO EXTRATO DE CONVALIDACAO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N 0000001820/2022**

TOMADA DE PRECO N 010/2022

CONTRATO N 500024/2022

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CARACOL- PI, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL**, inscrita no **CNPJ sob o nº 06.553.622/0001-23**, situada na **PRACA DA MATRIZ, 63 - Bairro: CENTRO - CEP: 64.795-000 - CARACOL/PI.**

CONTRATADA: LUCAS RUBEM DA SILVA - EPP, **CNPJ: 35.443.059/0001-39**, tendo em vista o disposto no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N 000001802/2023, TOMADA DE PRECO N 002/2023, CONTRATO N 500020/2023**

OBJETO: convalidação dos atos administrativos praticados no âmbito do Contrato nº **500020/2023**, considerando que não houve prejuízo ao interesse público nem a terceiros, e que os defeitos apontados são sanáveis, estando presentes os princípios da boa-fé, segurança jurídica e supremacia do interesse público, cujo objeto é a **EXECUCAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA NA RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE CARACOL – PI, RELATIVO AO CONVENIO N 919674/2022/CODEVASF-PMC.**

PRAZO: 16/09/2023 – estendendo – se ate o dia 16/11/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 55 da Lei nº 9.784/1999 e Lei 8.666/93.

ASSINATURA DO TERMO: 16 de setembro de 2023.

Caracol – PI, 16 de setembro de 2023.

RANILETTI CARVALHO DE MACEDO
Prefeito Municipal